

# Saída para o Brasil

09 AGO 1993

BENEDICTO FONSECA MOREIRA

Uma política de abertura econômica com maior exposição da atividade produtiva nacional à concorrência externa, é não só desejável, tendo em vista uma visão moderna da produção, como inevitável diante do novo quadro de relações internacionais, retratado por um maior grau de inserção e interdependência, imposta pela rápida evolução tecnológica.

Não se pode, pois, discutir a abertura em si, mas seu "modus faciendi". Uma política de abertura econômica pressupõe uma visão clara e uma ação política coerente na direção do desenvolvimento econômico e social. A abertura tem de ser instrumento da modernização, da competitividade, do crescimento da



produção e da geração de emprego e de bem-estar; jamais sistema para gerar recessão, desemprego e perda de ativos produtivos.

Uma abertura econômica correta passa pela desburocratização e descentralização das decisões ao nível da Federação; pela eliminação de monopólios estatais e desestatização; pela redução da intervenção do Estado; pelo fortalecimento do Poder Judiciário; por uma reforma tributária; por uma política de juros ajustada; por câmbio mais livre e taxa única; por uma clara oferta e capacidade de absorção de tecnologia; por forte política de exportação; por um programa para atrair investimentos estrangeiros; e, como não poderia deixar de ser, pela redução tarifária.

O Brasil não está praticando uma abertura racional e positiva, mas apenas expõe o sistema produtivo nacional a um desmantelamento, cujas consequências só não foram ainda mais graves devido à forte e continuada recessão

em que se encontra.

A abertura, adotada em 1990 e até hoje mantida, baseou-se em apenas três medidas: na eliminação de todos os controles administrativos à importação; no esvaziamento dos órgãos executivos então existentes — Cacex e CPA —, suas equipes técnicas e dos mecanismos flexíveis; e na redução linear das tarifas aduaneiras. O objetivo, acredita-se, não era exatamente deflagrar uma dinâmica política de oferta e de expansão do comércio exterior, mas obter algum êxito no combate à inflação. Os resultados são conhecidos.

A fraqueza da abertura é diretamente proporcional à incapacidade do governo de dar, ao sistema produtivo nacional, crescente capacitação concorrencial, seja na exportação, seja em relação aos produtos importados.

É preciso, com urgência e de modo pragmático, construir as bases para uma abertura que fortaleça a estrutura produtiva do País, estimule in-

vestimentos, faça crescer a produtividade e baixar os custos de produção, estimule o crescimento auto-sustentado da exportação, enfim, crie condições reais e adequadas à maior inserção do País na economia mundial.

A consistência da política de abertura comercial dependerá da capacidade do governo de transformá-la em abertura econômica. Caso contrário, poderá não se sustentar, exceto se mantida a atual recessão, o que é impossível do ponto de vista social e político.

É preciso superar o discurso inconseqüente em torno da abertura e encará-la com responsabilidade e competência. Ter claro que a abertura, tanto pode ser um instrumento da modernidade e do desenvolvimento econômico, quanto pode ser um fator de empobrecimento de um país.

■ *Benedicto Fonseca Moreira é presidente do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi) e foi diretor da Cacex e presidente da Petrobrás.*

ESTADO DE SÃO PAULO